

O SR. ANTONIO MASTROCOLA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, não são muito remotos os tempos em que se admitiam os advogados provisionados e não se exigia diploma aos farmacêuticos, aos cirurgiões-dentistas, nem aos contadores e classes da mesma categoria. Com o tempo, ante o avanço da nossa cultura, foram-se apertando as exigências e hoje diplomas, certificados de curso, registros profissionais são obrigatórios até para funções modestas de trabalhadores manuais.

Uma classe, entretanto, vem ficando em retardo que só se explica pela incompreensão da função técnica e cultural das bibliotecas. Falo da classe dos bibliotecários, que não mereceu dos nossos governantes, a atenção a que tem direito, nem na sua formação por escolas especializadas, nem no tratamento dispensado ao seu trabalho, sobretudo quanto à remuneração. Não me alongarei a este respeito. Direi apenas o bastante: há bibliotecários do Estado que ganham tanto como o porteiro, até como operários manuais dos mesmos estabelecimentos!

Agora, após longa e incessante batalha, faz-se justiça à classe dos bibliotecários, que os poderes da União acabam de reconhecer como de nível universitário. Dêsse reconhecimento só se pode dizer que tardou muito, pois que os bibliotecários não podiam continuar em posição de inferioridade no cotejo com outras classes, também dignas de respeito e que já gozam da merecida prerrogativa.

A legislação federal vai influir, como é óbvio, na esfera estadual. Lembro-me para solicitar ao governo do Estado, que tome imediatas providências para que, sem perda de tempo, se formule o novo enquadramento dos bibliotecários no funcionalismo estadual. O meu apelo vai também aos Srs. Prefeitos municipais, a começar pelo da Capital, para que ajam no mesmo sentido, de modo que tanto os Municípios como o Estado não se demorem a cumprir o seu dever.

Não estou cuidando apenas da situação dos atuais bibliotecários. No que mais penso é no futuro das bibliotecas paulistas, estaduais ou municipais, cujo número é escasso e cuja organização é precária, por falta do elemento humano e deficiência de recursos financeiros.

Da escassez das nossas bibliotecas, quanto ao número, falem dados estatísticos oficiais. Ressalvando-se que eles não registraram as bibliotecas de menos de 300 volumes, nem a dos estabelecimentos de ensino primário ou de grau médio, leia-se a seguinte relação:

a) Sem biblioteca e com população urbana entre 4.000 e 4.999 habitantes: Cachoeira Paulista, Cândido Mota, Caraguatuba, Cerqueira César, Chavantes, Colina, Conchas, Cotia, Flórida Paulista, Iguape, Irapuru, Itanhaém, Jardópolis, Junqueirópolis, Mirandópolis, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Pirapozinho, Piratininga, Pitangueiras, Santa Izabel, Santa Rosa do Viterbo e Tupi Paulista;

b) Sem biblioteca e com população urbana entre 5.000 e 5.999 habitantes: Bernardino de Campos, Capão Bonito, Dois Córregos, Duartina, Igarapava e Jales;

c) Sem biblioteca e com população urbana entre 6.000 e 6.999 habitantes: Itaquaquecetuba, Itararé, Lençóis Paulista, Orlândia, Palmítal, Pirapungua e Santa Rita do Passa Quatro;

d) Sem biblioteca e com população urbana entre 7.000 e 7.999 habitantes: Casa Branca, Guararapes, Ituverava, Monte Alto e Pedreira;

e) — Sem biblioteca e com população urbana entre 8.000 e 8.999 habitantes: Barra Bonita, Lucélia, Penápolis, Piquete e Rancharia;

f) — Sem biblioteca e com população urbana entre 9.000 e 9.999 habitantes: Guaref, Presidente Venceslau, Ribeirão Pires, Santa Fé do Sul e Santo Anastácio;

g) — Sem biblioteca e com população urbana entre 10.000 e 10.999 habitantes: Itapeva, Suzano e Votuporanga;

h) — Sem biblioteca e com população urbana entre 11.000 e 14.999 habitantes: Pórtio Feliz, Mariópolis, Oswaldo Cruz, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo;

i) — Sem biblioteca e com população urbana de 15.000 habitantes ou mais: Mococa (15.491 habitantes), Ourinhos (25.702 habitantes) e Barueri (28.625 habitantes).

Eis aí uma situação que não pode mais ser tolerada. Os poderes estaduais e municipais devam dar-se as mãos, ajudados ainda pela cooperação privada, para apagar essas verdadeiras nódoas.

Os que de mim discordarem estarão ainda no tempo em que se pensava que o bibliotecário era um indivíduo incumbido de arrumar livros nas prateleiras, como mercadorias numa loja ou numa mercearia. Para conhecimento deles o que disse uma publicação oficial norte-americana:

1 — Compete ao bibliotecário, como função essencial, preparar quaisquer impressos (livros, periódicos, folhetos, mapas, relatórios e documentos históricos) para uso dos estudiosos, dos pesquisadores, dos legisladores, dos funcionários e do público em geral.

2 — Cabe-lhe indagar dos interesses da população em matéria de publicações e aparelhar a biblioteca para atendê-los, assim como divulgar informações a respeito das atividades desta.

3 — Cabe-lhe ainda escolher e adquirir livros e outros materiais; adotar processos conhecidos para a catalogação, a arrumação e a distribuição de livros, e também assistir os leitores na procura de livros e informes do interesse deles.

4 — É atribuição sua ajudar as crianças e os jovens para que ampliem seus conhecimentos no domínio dos livros, e para que tomem gosto pela leitura.

5 — Deve auxiliar de modo especial os adultos que venham à biblioteca em busca de recreio ou de informações.

6 — Deve também colaborar com as escolas na organização de cursos de natureza cultural e apoiar a formação de grupos de leitura e de discussão destinados a promover a educação dos adultos.

7 — E deve, por fim, coordenar os trabalhos da biblioteca com as atividades dos departamentos congêneres da cidade, do município, do Estado ou da União, (The Job of Librarian — U. S. P. Printing Office).

Como rápido, mas suficiente comentário a essa enumeração, vou reproduzir não mais do que algumas linhas do professor Almeida Júnior, que nelas disse tudo o que era preciso dizer-se:

A enumeração acima é suficiente para evidenciar a extraordinária importância das bibliotecas para o progresso do mundo em que vivemos e que pode muito bem caracterizar-se por estas duas preocupações: a da especialização profissional de cada um e da elevação cultural de todos, empreendidas uma e outra sem discriminações de privilégios. Na estratégia dessa campanha civilizadora, o bibliotecário moderno — como o definiram os fundadores da biblioteconomia — ocupa uma posição de acentuado relevo.

Poderia ir inoге, Sra. Presidente. Acredito, porém, que já disse o bastante para justificar o apelo que acabo de fazer aos poderes públicos do Estado e dos Municípios em prol dos bibliotecários e, sobretudo, das bibliotecas, fator básico, fator indispensável da cultura do povo paulista, como de todos os povos do mundo.

Sra. Presidente, as minhas afirmações podem, ainda, ser consubstanciadas neste brilhante artigo do extraordinário jornalista Rubens do Amaral, ex-deputado a esta Casa, ex-vereador à Câmara Municipal de São Paulo, que, fazendo justiça aos bibliotecários, escreveu no artigo publicado pelo jornal "A Gazeta", de 25 de junho de 1962, o seguinte: (Lê)

"Justiça aos bibliotecários

Rubens do Amaral

Os poderes federais acabam de reconhecer o nível universitário à classe dos bibliotecários. Faz-se assim justiça a uma classe que tem sido omitida, até hoje, por incompreensões que já estão em tempo de desaparecer.

Quem acompanha a situação no tempo, tem a impressão de que os nossos governantes não se aperceberam até hoje da importância dos bibliotecários e, sobretudo, das bibliotecas. Para muitos deles, a biblioteca é um depósito de livros; os bibliotecários, indivíduos encarregados de colocar os livros nas prateleiras.

No entanto, todos os estudiosos que não dispõem de recursos para a aquisição de livros — e são a grande maioria — necessitam da biblioteca pública para o seu aprimoramento cultural. E, nelas, quem os há de atender com eficácia?

O bibliotecário, é óbvio. Tem ele por função classificar e fichar livros, folhetos, periódicos, documentos, etc. Isso feito, cabe-lhe acolher os consulentes, atendendo aos seus pedidos e orientando-os muitas vezes nas suas pesquisas, especialmente em se tratando de jovens e crianças. Além disso, incumbê-lhe a tarefa de procurar suprir as deficiências da sua biblioteca, aparelhando-a com as obras que lhe faltam e mais necessárias sejam. E quanta coisa mais, a serviço da cultura.

Tudo isso não se faz por intuição. Tudo isso depende de aprendizagem em escolas especializadas e depois na prática diuturna do serviço, que é um permanente estágio de aperfeiçoamento. Mas, que é das escolas? Cuidaram de criá-las os poderes públicos? Em São Paulo só funciona uma, sabe Deus com que sacrifícios, graças à indiferença dos governantes e até mesmo dos dirigentes universitários.

Temos carência de bibliotecas, principalmente nas cidades do interior, que ainda não compreenderam os seus benefícios. O Estado não cumpriu até agora o dispositivo constitucional que manda se instalem bibliotecas nas cidades de população superior a 20.000 habitantes.

Mas, se se fundarem as bibliotecas há tanto reclamadas, onde se recrutará o pessoal necessário ao seu bom funcionamento? Eis o que pergunto, na esperança de que a nossa Universidade cuide da matéria. Alunos não faltarão, agora que o nível universitário há de proporcionar aos bibliotecários ganhos condignos. E é preciso pensar que pouco adiantarão edifícios e coleções de livros nêles guardadas se não houver boa técnica na sua organização e no seu funcionamento.

O momento é de preocupações políticas e eleitorais. Receio por isso que não haja vagar para um pensamento voltado em benefício das bibliotecas.

Não obstante, devemos insistir. Os homens de governo devem ser também homens de cultura. E um homem de cultura pode ignorar a biblioteca?"

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente, Srs. deputados, o Poder Executivo continua comprimindo os servidores públicos do Estado, e quanto menor a categoria, no que diz respeito a salários e vencimentos, maior a compressão do Poder Executivo. Dentre os Departamentos do Estado que têm a maioria de seus servidores na categoria de trabalhadores, do pequeno extranumerário, encontra-se o Departamento de Estradas de Rodagem. Esta Casa aprovou projeto de minha autoria, de n.º 1.643-59, que dava assistência social oficial aos trabalhadores do D.E.R., que estão abandonados nas estradas em construção e em conservação pelos sertões afora. No entanto, o Governador Carvalho Pinto vetou esse projeto de lei. E após o discurso que fiz, mostrando que no Rio Grande do Sul o Estado subvencia a Associação dos Servidores do D.E.R. daquele Estado, em que eu concitava a Casa a votar contra o veto, chamei a atenção do Governo do Estado para o que se verifica nos outros Estados, no que diz respeito à assistência social nos D.E.R. Resultado: o Sr. Governador do Estado, por demagogia, determinou que o diretor do D.E.R. designasse uma comissão para ir ao Rio Grande do Sul estudar a assistência social prestada aos servidores do D.E.R. Essa comissão integrada por competentes servidores foi ao Rio Grande do Sul, voltou, mas até hoje o Executivo não determinou medida alguma de assistência. Nem mesmo as leis votadas por esta Casa e sancionadas pelo Poder Executivo são cumpridas pelo D.E.R. Basta dizer aos Srs. deputados que o adicional por tempo de serviço dos servidores extranumerários do D.E.R. até hoje não foi pago, nem tempo contado, e assim sucessivamente. Ao lembrar estes fatos dolorosos que se desenrolam na Secretaria da Viação, faço outro apelo, já que outra modalidade de ação não podemos ter, para que o chefe do Executivo volte suas vistas para os modestos servidores do D.E.R. e da Secretaria da Viação em geral, apressando o já velho adicional por tempo de serviço.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, em comentário que fizemos ontem, sobre salários e vencimentos, em relação ao índice do custo de vida alcançado em maio deste ano, tivemos oportunidade de nos manifestar favoravelmente a um novo reajuste, tendo em vista a queda quase vertical do poder de compra do nosso dinheiro.

Entretanto, Srs. deputados, esta situação de defasagem na moeda em virtude da elevação continuada do custo de vida, já se fazia sentir de maneira causticante, em março do corrente ano. Naquela altura, uma família padrão de trabalhadores composta de marido, mulher e dois filhos, precisava para viver de uma quantia igual a Cr\$ 35.223,60. Esta solicitação se apresentava assim distribuída: — Alimentação, Cr\$ 16.001,30; Habitação, Cr\$ 9.170,00; Vestuário, Cr\$ 4.470,00; Saúde, Cr\$ 1.057,00; Limpeza doméstica, Cr\$ 926,40; Transporte, Cr\$ 775,00; Higiene pessoal, Cr\$ 620,00; Educação e Cultura, Cr\$ 405,00; e, finalmente, Recreação e Fumo, Cr\$ 195,00. Estes dados foram coligidos na mesma Revista de Estudos Sócio-Econômicos, por nós citada naquela pronunciamento. Pelos referidos índices, verifica-se, que o andar galopante da carestia, já em março do corrente ano, diminuía sensivelmente a capacidade aquisitiva do salário que tinha sido majorado, em sua maioria, de 40% em meados do ano anterior.

Que falamos, então, Srs. deputados, da situação dos salários e vencimentos, neste fim de junho, quando a majoração dos preços de todas as utilidades não encontra barreiras na sua terrível ascensão? Se para a classe trabalhadora, a classe operária, o problema já se tornava impiedoso no início deste ano de 1962, para os funcionários do Estado, civis e militares, a questão assumia e assume, nesta conjuntura, aspectos mais graves.

Por suas condições de vida inteiramente opostas às dos trabalhadores braçais, o funcionalismo em geral tem exigências de ordem material e cultural muito mais elevadas e, em decorrência, mais dispendiosas.

Ora, Srs. deputados, se para uma família operária, em março do corrente ano havia necessidade de Cr\$ 35.223,00 para viver, qual não será então a exigência de uma família de funcionários, com solicitações pecuniárias muito mais acentuadas? E se atentarmos para o fato de que a maioria do funcionalismo do Estado, o seu peso maior, percebe vencimentos que não ultrapassam o salário mínimo dos trabalhadores, iremos verificar que é verdadeiramente dramática a situação de vida desses servidores. Não se diga, no entanto, que isto esteja acontecendo porque o Prof. Carvalho Pinto, digno Governador de São Paulo, não tenha procurado, através de majorações e melhoramento de vencimentos, atenuar o estrago da carestia. A verdade, porém, é que a inflação não deixa estabilizar o custo de vida, decorrendo daí as novas e continuadas exigências de novas elevações salariais indispensáveis e inadiáveis. Agora mesmo, Srs. deputados, o Congresso Nacional está para aprovar a concessão do 13.º mês, como abono de fim de ano, tendo em vista reparar a deterioração do poder de compra do salário ante o crescimento brutal do custo de vida.

Não seria o caso de fazermos o mesmo em relação ao funcionalismo do Estado? Na média mensal em que sobe o custo de vida em São Paulo, que é de cinco por cento, ao chegarmos em dezembro, o aumento de 40% concedido pelo Poder Executivo, aos seus servidores, estará ultrapassado em mais de 20%, ocasionando descontentamentos, aflições e revoltas generalizadas.

Não podemos, pois, ficar omissos a tão angustiosa situação. E, por assim pensarmos, é que formulamos, ao honrado Governador de São Paulo, o nosso mais veemente apelo para que envie, a esta Assembleia, mensagem concedendo, ao digno funcionalismo de nosso Estado, um abono de Natal correspondente ao vencimento inicial das carreiras do serviço público. Será esta uma medida justa, humana e altamente alentadora, a juntar-se às muitas outras praticadas e tomadas pelo Governo do Estado.

Era o que tínhamos a dizer, aguardando a boa receptividade deste nosso apelo.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — (Sem revisão do orador) — Srs. deputados, aí vem o novo Ministério. Quem será o titular da pasta econômica fundamental? Será um ministro como o Sr. Armando Monteiro?

Em seu livro "Assim falou Julião", conta Gondim da Fonseca:

— E que me diz você, Julião, do Armando Monteiro, seu conterrâneo e atual Ministro da Agricultura? Esse, você não pode negar, pensa nos pobres camponeses.

— De fato, Gondim, ele pensa nos pobres camponeses. Mas para os esfolar, para lhes sugar o sangue. Em sua casa, o luxo é deslumbrante. Bebidas caras, iguarias finas, "grooms" nas cocheiras, criados de farda servindo à mesa, escanção atento à lista dos vinhos preferidos pelos convivas, charutos especiais, ambiente de Mayfair. Seus rendeiros, porém, morrem de fome. São os camponeses mais miseráveis de todo o Nordeste. Vivem de macaxeira e de jaca verde. Não comem terra porque terra não se digere e mesmo porque, se a comessem, Armando Monteiro mandava prendê-los e esculachá-los declarando-se roubado.

— Mas ele se elige com os votos da zona canavieira do sul: Serinhaem, Ipojuca, Barreiros, Rio Formoso...

— Eu lhe conto, Gondim o que se passou antes do último pleito. Conhecendo bem a credencia popular, Armando mandou vir da cidade um grande magico, excelente prestidigitador — que percorreu a sua zona eleitoral acompanhado por meia dúzia de capangas. Achava ovos nos bolsos dos foreiros, tirava coelhos da cartola, pedia um lenço, queimava-o e entregava-o depois de direitinho etc. Os pobres componentes ficaram tão estarelecidos que pensaram fosse ele o diabo em pessoa. Como, por tradição, multisseriar, evitam a palavra Diabo, chamaram-lhe "Judas". Para eles, Judas e Satanaz são a mesma coisa. "Esse Judas gastou mais de mês percorrendo roças, fazendas, arraiais, e já todo o mundo se benzia de medo ao vê-lo chegar a tal ou tal povoado, na companhia dos batê-paus de Armando Monteiro. No fim, às vésperas do pleito, ele correu a zona toda, — reuniu os matutos e disse:

— Ninguém se atreva a trair o doutor Armando! Nem por sonhos!